

## URBANISMOS E URBANIDADES NAS MARGENS DA CIDADE: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO BAIRRO DE ITAPUÃ E SEUS OFÍCIOS AQUOSOS

**Yago Bruno Santos de Souza**

*Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA e integrante dos grupos de estudos Urbanidades Liminares e Laboratório de Estudos em Imagem e Arquitetura (L.E.I.A.) da Faculdade de Arquitetura da UFBA, [yago.bruno@ufba.br](mailto:yago.bruno@ufba.br);*

### Resumo

O presente relatório visa apresentar os resultados após finalização do ciclo de pesquisa de iniciação científica pelos editais pibic-cnpq 2018/2019 e pibic-fapesb 2019/2020 do plano de trabalho “urbanismos e urbanidades nas margens da cidade: uma aproximação a partir do bairro de itapuã e seus ofícios aquosos” sob o intuito de discutir a produção e dinâmica urbana em um território significativo para a ocupação e formação da cidade de salvador, o bairro de itapuã. Tal escolha se deu não somente pela historicidade do bairro, mas pela noção de margens que este recorte engloba, tanto a partir de sua geografia – onde itapuã é apresentado enquanto bairro periférico e próximo ao limite do que configura a poligonal da cidade de salvador histórica e contemporaneamente; quanto por sua relação com a orla atlântica da cidade, que configura uma série de disputas e conflitos por seus modos de ocupação; como também pelo entendimento da noção de marginalização socioeconômica – associada frequentemente às ocupações entendidas pelas ‘baixas’ e favelas – existentes em algumas localidades do bairro. Estes modos de habitar, sobreviver e construir a cidade foram destrinchados, de certo modo, a partir do saber historiográfico que se foi construindo no decorrer da pesquisa sob o filtro dos ofícios ‘aquosos’ – entendendo tais ofícios enquanto

dependentes de espacialidades criadas por corpos d'água (nas representações das fontes, lagoa do abaeté e o mar) para sua existência – de modo que a pesca e as variações do 'trabalho de ganho' acabaram por possuir um protagonismo essencial para o andamento da pesquisa.

**Palavras-chave:** Urbanismo, História, Oralidade, Interseccionalidade, Memória.

## Introdução

Este trabalho visa apresentar reflexões teórico-metodológicas acerca da pesquisa de iniciação científica desenvolvida desde 2018, inicialmente<sup>1</sup> intitulada; “A relação urbanismo/margens em Salvador: uma aproximação a partir do bairro de Itapuã e seus ofícios ligados à água” no âmbito do grupo de estudos ‘Urbanidades Liminares’, vinculada ao projeto “Urbanismos e urbanidades nas margens da cidade”. Nesta IC, em diálogo com o referido projeto, busca-se uma exploração acerca do urbanismo e formação de urbanidades a partir de ‘margens’ e ‘limiares’, como apontado, perscrutando as dimensões socioespaciais e, sobretudo, os meandros da conformação de distintos ‘regimes de urbanidade’ a serem considerados analítica e politicamente (ROSA, 2018). Possuindo 2 anos de realização, houve um aprofundamento teórico e de campo a partir de novas interlocuções e adensamento das relações pré-existentes, além da inserção de novos conceitos estudados coletiva e individualmente como as noções de interseccionalidade, enraizamento, urbanidades, oralidade, imagens de controle, baianidade, trabalho de ganho, etc. (ABIB, 2010; BASTITOSTI, PITA, SOUZA, 2019; CEAS, 1989; COSTA, 1991; REIS, 2019; SODRÉ, 1988)

Logo, a pesquisa de iniciação científica desenvolve-se no bairro de Itapuã, em Salvador - BA, considerando sua historicidade atrelada ao desenvolvimento de Salvador - enquanto primeira capital do país - e a formação do bairro, que, apesar de encontrar-se distante do centro antigo da cidade, sempre possuiu relações de trocas com este. A partir da eleição deste território como campo de pesquisa, tem-se um estudo voltado para as práticas e saberes ligados à ‘água’, uma vez que se tem percebido - em diálogos entre as discussões teóricas e achados de campo, - que este recurso natural possui uma centralidade na instauração de urbanidades neste território - as quais, paradoxalmente, nem sempre irão favorecer a existência dessas práticas e saberes. No bairro, estes corpos d’água são atrelados às práticas historicamente narradas através de grandes nomes da arte e cultura brasileira do

1 Em seu segundo ciclo, a pesquisa foi realizada sob financiamento da FAPESB e orientação da prof. Thaís rosa, intitulada ‘O fazer-cidade cotidiano e suas disputas em Salvador: uma aproximação a partir de trajetórias urbanas’.

século XX, como a pesca e as ditas ‘atividades de ganho’, estas, associadas à cultura nativa e afro-brasileira, que em Itapuã refletem-se principalmente na lavagem de roupa e na comercialização de quitutes nas praias por, majoritariamente, mulheres negras (AKOTIRENE, 2018; BUENO, 2020; GANDON, 2018; NUNES NETO, 2005; REIS, 2019).

Por conta disso, teremos uma narrativa oficializada que foi, e ainda é, construída em cima da Lagoa do Abaeté e da Orla marítima do bairro, enquanto regiões afetadas pela indústria do turismo e que vão recebendo uma série de incentivos dos dispositivos hegemônicos de gestão e planejamento urbano – à exemplo do ‘urbanismo por status’<sup>2</sup> (SERPA, 2002) – provenientes do consumo da dita baianidade<sup>3</sup>. No entanto, a aplicação desses dispositivos pelo Estado desconsidera a existência dessas práticas, restringindo-as – intencionalmente - num regime de informalidade que nos permite identificar uma primeira conceituação de margem, a marginalização de determinadas práticas e saberes. Além dessa, teríamos a margem enquanto abordagem espacial – sabendo que o bairro de Itapuã se encontra na periferia da poligonal da cidade de Salvador e, dentro desta, a lagoa e orla que possuem espaços considerados enquanto limiar entre recursos naturais passíveis de ocupação humana e a água. Por fim, através de relatos de antigas e atuais trabalhadoras desses ditos ‘ofícios aquosos’ existentes em Itapuã (e em Salvador), tem-se, a partir da oralidade, registros de ocupação e evolução espacial do bairro – bem como da cidade – que nos permite confrontar as narrativas históricas urbanas consolidadas e reanalisar de que forma esses apagamentos incidiram e reincidem no cotidiano soteropolitano, revendo imagens

---

2 “Há, na verdade, duas “periferias”, como nos ensina o professor Roberto Lobato Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: aquela com urbanização de status e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infra-estrutura adequada e tornam-se bairros de status. Segundo Corrêa, em vista do sentido pejorativo do termo periferia, estes bairros “fisicamente periféricos não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos!” [...]. A progressiva urbanização da favela, no entanto, advém ou da ação dos próprios moradores ou da sua capacidade de pressão sobre as instâncias governamentais, para implementação de alguma infra-estrutura.” (SERPA, 2002, p.295)

3 Construção de identidade a partir de grandes nomes da cultura brasileira (como Jorge Amado, Vinícius de Moraes, Dorival Caymmi, movimento Tropicália etc) no começo do século XX e que é apropriada pelo poder público desde os anos 70 para implementação de políticas de turismo enquanto nova perspectiva de atendimento ao capitalismo.

e imaginários constituídos hegemonicamente (BUENO, 2020; ROSA, 2014; SCHEINOWITZ, 1998).

## Metodologia

A metodologia geral de pesquisa envolveu uma série de leituras que, relacionadas com as idas à campo e interlocuções com agentes locais do território deste projeto de pesquisa em específico, permitiu a realização de uma delimitação do recorte e temática de estudo baseada nas informações e dados obtidos. A metodologia geral definiu-se por: revisão bibliográfica; pesquisa documental; caminhada e observação (no território); interlocução (no território); síntese analítica; produção gráfica; registros fotográficos (no território); pesquisa iconográfica; coleta e análise de relatos e fontes orais; pesquisa em acervos.

É válido ressaltar que as iconografias históricas (ALBERNÁZ, 1666; DEBRET, 1835; PANCETTI, 1957) tiveram muita importância para revistar parte da historiografia abordada pela pesquisa, de modo que, partiu-se para produções gráficas que tensionassem um saber historiográfico e, também, questões atuais. A oralidade acabou ganhando destaque devido ao seu potencial epistemológico diaspórico e sua herança presente no território, os 'etnotextos' orais presentes n'A Voz de Itapuã (GANDON, 2018) são um exemplo de parte desse acervo oral encontrado, além dos depoimentos provenientes das interlocuções obtidas em campo com as senhoras ex-lavadeiras de roupa (Maria de Xindó e Maria Guimarães). Por fim a visita em acervos foi iniciada mas foi prejudicada com a pandemia do COVID-19 sendo possível ter acesso somente às informações do CEAS e informações secundárias (obtidas a partir das bibliografias lidas) do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Por fim, é válido trazer enquanto perspectiva metodológica a importância da figura do pesquisador em questão para a realização deste trabalho, sendo homem cisgênero, homossexual, nascido no bairro e filho de ex-donos de barracas de praia, também, um ofício aquoso. Fatos que permitiram uma maior abertura com as mulheres realizadoras desses ofícios (ex-lavadeiras, baianas de acarajé, etc) nas praias do bairro ou na Lagoa do Abaeté. À este tipo de pesquisador, que atua no próprio território de moradia enquanto também

o tem como objeto de investigação científica, demos o nome de pesquisador-limiar.

## Resultados e discussão

O território do bairro de Itapuã surgiu enquanto escolha por sua historicidade que precede à própria formação do Brasil, estando a primeira capital do país restrita à cidade alta X cidade baixa, Itapuã destaca-se enquanto aglomerado humano além dessa centralidade urbana desde o século XVI, a vizinhança de Itapuã – ou Tapuã, como era narrada pelas cartas de navegação da época – possui uma historicidade marcada pela presença e resistência nativa – a qual deixou sua marca no bairro até a atualidade através do próprio nome deste e de alguns marcos simbólicos da sua história, como a Lagoa do Abaeté, o Farol de Itapuã e a pedra de São Tomé (GANDON, 2018; LUZ, 2008). Como relata Seu Miguel, antigo pescador do bairro que:

“[...] Itapuã era terra de índio. Bom, depois foi chegando... os africanos, e... negócio de pescaria da baleia, e foi chamando gente pra terra, chamando africano... Veio isso, veio aquilo, veio até português, espanhol, e hoje Itapuã está empestada aí, cheia de espanhol, português. Agora, essa história aí é que eu sei bem, que meu avô dizia que Itapuã foi... era terra de índio. Quem iniciou Itapuã, ele dizia, foi índio e pescador mesmo. Ele mesmo era filho de índio. Ele me dizia.” (GANDON, 2018, p. 38).

Dialogando com o que Thais Rosa reflete acerca das margens; “As margens emergem, portanto, como dimensão central na experiência contemporânea, fazendo transbordar a noção de fronteira ao embaralhar as distinções entre dentro e fora, privado e público, legal e ilegal, norma e transgressão, soberania e exceção, identidade e alteridade [...]”(ROSA, 2017, p. 187), de modo que encontramos em Itapuã sua potência enquanto limiar e epicentro de urbanidades. Itapuã também se desenvolve enquanto margem de uma relação territorial outra que, apesar de articulada socioeconomicamente ao centro antigo de Salvador, possuía outros modos produção urbana promovida pelos seus habitantes – os nativos ameríndios e os negros afrodescendentes. Estes itapuãzeiros, retendo na memória transmitida pela oralidade

saberes ligados à sua conexão com o território e recursos naturais de Itapuã desde o tempo dos nativos.

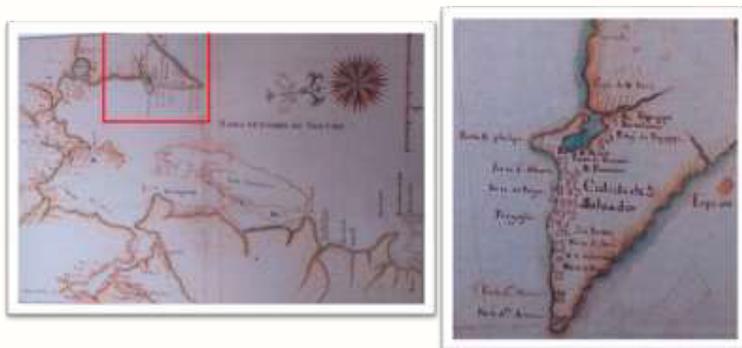
Posteriormente, no fim do século XVI, Itapuã é alvo das invasões portuguesas em seu projeto de colonização do litoral norte de Salvador e, dentro do regime de dominação e disputa territorial colonial, passa a ser território do primeiro e maior latifúndio do país pertencente à Garcia D'ávila – filho de Tomé de Sousa. Ao longo do domínio dos Ávilas, a região que compreendia Itapoã foi sendo preenchida pelo regime de trabalho escravagista e colonial – consequentemente demarcando o início da presença africana no bairro, como destaca Teixeira (1978, apud GANDON, 2018):

“Quanto aos anos iniciais da ocupação das terras de Itapuã pelos portugueses, Soares de Souza (1971, p.70), no século XVI, registrou a existência de uma grande fazenda onde havia uma capela dedicada a São Francisco. Essa propriedade pertencia a Garcia d'Ávila e tinha como um dos limites a sesmaria do Conde de Castanheira, que englobava terras do litoral de mar aberto na distância de uma légua após a foz do Rio Vermelho.” (p. 36 apud TEIXEIRA, 1978<sup>a</sup>, p. 3-5)

Em tal época, já no século XVII, a região possuía uma função vital advinda da caça às baleias, que se caracterizava pelo fornecimento do óleo destes animais para iluminação da sede administrativa e militar de Salvador e exportado até a Europa. Esta prática de caça e retirada de óleo ocorreu até o início do século XX sob relatos orais acerca dos feitos do último grande arpoador de baleias de uma das armações do bairro (GANDON, 2018; REIS, 2019). Tal ofício, semelhante à atividade de pesca exercida pelos nativos, demonstra a relação vital que os corpos d'águas acabaram por ter na ocupação e formação do conhecido território de Itapuã e no projeto de colonização lusitana de parte da América do Sul, através de sua exploração enquanto provedores de recursos e meio de transporte chave para as grandes navegações do período colonial. Também, permite afirmar que as águas serviram de elo entre os remanescentes indígenas e os povos africanos escravizados para unirem-se com suas culturas devotas às forças da natureza em uma resistência contra um sistema social que os inferiorizava e estigmatizava (AKOTIRENE, 2018; GANDON, 2018; RÊGO, 2006; REIS, 2019; SODRÉ, 1988).

Como dito anteriormente, tal relação de respeito a natureza era presente entre os nativos e na própria titulação do território: ‘Itapuã; Itapoã; Itapuan; Itapoan’ – ‘Pedra que se ergue, Pedra que ronca, Pedra da ponta, Pedra Redonda’. Compreendendo esta titulação da antiga vila enquanto uma relação com as cartas de navegação utilizadas no período colonial e associadas a uma proeminência rochosa em meio às águas marítimas onde instalou-se – em uma localidade próxima – o Farol de Itapuã no início do século XX, reforçando a importância da navegação no processo de identificação e vigilância territorial associado à um verbete de origem tupi-guarani (LUZ, 2008).

Figura 1: Mapa da Baía de todos os santos (acima), ampliação para a cidade de S. Salvador (à direita) e, à norte, em vermelho, a ‘Tapoan’ (ALBERNÁZ, 1666).



Um outro ofício retroalimentado pela pesca advinha da compra e revenda de peixes pelas escravas de ganho (COSTA, 1991; GANDON, 2018; REIS, 2014; REIS, 2019) para posterior venda no centro da cidade de Salvador – mais especificamente na região da Baixa dos Sapateiros, Cabula, Retiro, Pernambués territórios articulados com o centro e o comércio de carne bovina da região compreendida por Feira de Santana; além de Santo Amaro de Ipitanga, Portão, Armação, Boca do Rio, territórios articulados ao bairro de Itapuã pela proximidade geográfica. Em ‘A Voz de Itapuã’ (GANDON, 2018) é possível entender melhor como funcionava o ofício da venda de peixes pelas conhecidas Ganhadeiras de Itapuã, prática viva na memória de filhos e filhas dessas mulheres, a exemplo de Dona Francisquinha, Dona Astéria – algumas das interlocutoras presentes no livro – e Dona Maria Xindó e Verônica Raquel, duas das interlocutoras com as quais tive oportunidade de conversar. Também, é possível notar a sobrevivência de uma

rede de subsistência feminina num bairro que passou por um processo de colonização protagonizado pelo patriarcado eurocêntrico.



Figura 2: Escrava de Ganho (DEBRET, 1835).

“Lá [em Armação] não tinha ganhadeira. As ganhadeiras – eu mesmo vendia peixe – as ganhadeiras era daqui de Itapuã [...] Lá é Armação, pertencia a Armação. E as ganhadeiras é daqui de Itapuã, que comprava peixe nas redes daqui e nos saveiros: olho de boi, cavala, rabo aberto... aí assavam, cortavam as postas e iam pra lá pra baixo pro Comércio, iam pro Mercado Santa Bárbara, Baixa de Sapateiro, outras iam lá pro Comércio; aí vendia. Botava nas gamelas, levava o balaio, aí vendia.

Naquele tempo quem vendia peixe era minha mãe. Eu naquele tempo era garota ainda; minha mãe é quem assava. Eu ia com ela. [...] Assava na grelha. Amanhecia o dia, cada uma em suas portas. Outras no quintal, outras nas portas com as grelhas assando aqui. Outras – tinham outras casas – assavam nas casas delas. E depois arrumava tudo num balaio e ia. Levava uma gamela e chegava lá vendia tudo. E ia lá... sentava... chegava lá tinha seus bancos, arranjava uns caixotes. [...] Mamãe vendia em Santa Bárbara, vendia mais ali, na Baixa do Sapateiro. (Dona Astéria)

[...] Eram as mulheres quem comercializavam o peixe pescado em Itapuã, pelo menos até o aparecimento de um primeiro peixeiro, no fim da década de 1930, fazendo uso sistemático do gelo para sua conservação. Antes disto era preciso moquear o pescado comercializado a distância, e essa era uma tarefa essencialmente feminina, segundo os costumes locais.

[...] O trajeto era assim: saía daqui de Itapuã, ia por aqui, deixava a Ponte do Império secar a maré – que [o mar] encontrava com o rio ali onde tem essa ponte hoje nova, Jaguaripe – e daí pra lá ia a pé. Passava nas Três Árvores, passava na Boca do Rio, passava na Bolandeira, passava na Duna – hoje é a Nona – passava na Água do Xaréu – que é atrás do Centro de Convenções [...] e passava nos Pernambués, Cabula, descia a ladeira, pegava o bagageiro, pra ir vender esse peixe no mercado de Santa Bárbara. Outras iam vender no Retiro, porque vendiam peixe e traziam carne, porque aqui não tinha, como disse, matava

um boi duas vezes no ano. (Dona Francisquinha)” (GANDON, 2018, p. 266-268).

“Naquele tempo o que fazia medo a gente era outra coisa...

Minha mãe, minha mãe vinha de portão. Você sabe o que é Ganhadeira Mercadeira? A que vende com o tabuleiro na cabeça!

Minha mãe vinha de porão com o tabuleiro na cabeça, mercado... passava em Santo Amaro de Ipitanga [...] naquele tempo era Santo Amaro de Ipitanga, agora que botaram Lauro de Freitas...

Passava em Lauro de Freitas não vendia nada, vinha pra Itapuã, não vendia tudo... ia pro Cabula... do Cabula ia pra Baixa do Sapateiro com o balaio na cabeça mercado... andando! Que não tinha transporte...”

(Dona Maria Xindó, 2019, transcrição do autor)

Esse modelo de escravidão tornou-se bastante comum no século XIX, assim como a presença das lavadeiras, carregadores, aguadeiros, barbeiros, etc. Como relata Costa (1991) em:

“O escravo de ganho era fundamental para o funcionamento de Salvador, que se caracterizou como cidade comercial-escravista. Além do comércio importador-exportador e interprovincial, desenvolvia-se em Salvador um comércio local bastante intenso, dele se abastecendo a cidade e seus subúrbios, como também as cidades e povoados do Recôncavo. Esse comércio local mobilizava um número considerável da população livre da cidade, que dependia dele para sua sobrevivência, além de representar um mercado de trabalho para os escravos de ganho. [...] A “liberdade” adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só era possível na medida em que o poder público assumia o controle direto desses escravos.” (COSTA, 1991, p. 20)

Isso ocorreu por conta da força vital que o comércio possuía para funcionamento da cidade de Salvador enquanto polo de escoamento de produtos no período, entrecortada pela falésia constitutiva das relações ‘cidade baixa X cidade alta’ e sua intensa relação com

as atividades portuárias (BASTITOSTI, PITA, SOUZA, 2019; SODRÉ, 1998).

Já a prática da lavagem de roupas ganhou força com o poder e status que a aquisição de roupas tinha na cosmovisão das elites do período, relevando toda uma estrutura às margens que se criava para manutenção desses símbolos de riqueza e prosperidade, às quais relacionam-se com o conceito de imagens de controle.

“A vida diária das lavadeiras era difícil. Ofício herdado do tempo da escravidão em que as escravas de ganho exerciam esta atividade fora das dependências do senhor, tendo que pagá-lo por essa ‘libertação’. O trabalho de lavagem de roupas está atrelado a um momento da história brasileira, em que, como em Paris do século XIX, a roupa funcionava como um dos elementos que sintetizava o discurso científico-industrial, uma vez que o ideal de limpeza inerente ao discurso modernizador e higienizador atingiu não apenas os espaços públicos e a casa, mas os moradores da casa, os arredores dela, seus hábitos, suas roupas. [...] O século XIX é uma civilização da roupa de casa e do vestuário ligada à primeira revolução industrial: a têxtil. A roupa de casa, valor de uso, em certo sentido é um capital. A formação de enxoval de casamento das mulheres é uma poupança, e os armários cheios de roupa de casa são um sinal de riqueza.” (PERROT, p. 225 apud NETO, p.74)

Também, a revolução ocorrida no Haiti (1807) acarretou, em Salvador, num aumento da presença da mão de obra negra, já intensa na cidade desde o século XVI. Tal aumento ocasiona numa expansão de funções de compra e venda na cidade enquanto polo extremamente comercial devido à intensa atividade portuária advinda do crescente fluxo de escravos, além do comércio de produtos da colônia. Diante de tal dinâmica urbana e desse regime mais flexível de escravidão – se comparados aos modelos rurais convencionais existentes no Brasil colonial, tem-se uma maior possibilidade de estabelecimento de redes de comunicação e articulação entre diversos negros e negras escravizados. Sendo tal estrutura de fundamental importância para realização de revoltas como a grande rebelião de escravos (1814) e a Revolta dos Malês (1853), por conta da constante presença de tais negros no meio urbano atrelada a crescente atividade de ganho de

difícil controle governamental, por constituir-se de diversos acordos entre eles e seus senhores em variados regimes de liberdade e trânsito pela cidade e adjacências (COSTA, 1991; GANDON, 2018; REIS, 2014; REIS, 2019). Estes africanos foram trazidos durante o 3º ciclo de tráfico negreiro, permitido no Brasil colonial, da região conhecida como Costa da Mina (VERGER, 1987). No entanto, existem registros de desembarque ilegal de negros escravizados, como cita Gandon (2018, p. 40) em “A presença africana em Itapuã, fortemente atestada pela memória oral, confirma e é confirmada pelo que dizem as fontes escritas. Fontes orais e escritas coincidem, por exemplo, quando dão notícias sobre o desembarque de escravos em praias próximas a Itapuã, sobretudo na época do tráfico ilegal” e por relatos de parentesco de Dona Maria Guimarães (74 anos) que nos conta sobre seu pai vindo d’África.

Estes escravos foram fomentadores de diversas revoltas que chegavam a articular o recôncavo com a capital soteropolitana e os quilombos existentes em suas áreas liminares, uma correlação temida pelos governantes da época e extremamente combatida por eles através de diversas investidas nos quilombos adjacentes aos limites da São Salvador da época. Um desses enfretamentos é vivido em Itapuã a partir da presença dos Haussás no fomento de uma grande revolta ocorrida em 1814, onde eles queimam diversas embarcações de armazéns baleeiras existentes na época e matam alguns colonizadores da região chamando os demais negros e crioulos para se juntarem à revolta (GANDON, 2018, p. 41; REIS, 1989; REIS, 2019). No entanto, as forças de controle da colônia acabam por interceptar os negros durante sua fuga para o litoral norte – na região compreendida pelo atual bairro de Portão, na época conhecido como parte da freguesia de Itapuã – localizada às margens do rio Joanes, sendo tal região composta de um agrupamento de negros fugidos e de conhecimento dos habitantes de suas áreas vizinhas – na época, a parte central de Itapuã, assim como o quilombo do Quingoma (atualmente em Lauro de Freitas), o quilombo do Buraco do Tatu (região de cajazeiras), a antiga vila de Abrantes e a sede dos Ávila (na região de Praia do Forte) constituíam alguns desses agrupamentos da dita ‘civilização’ de seu entorno.

“Entre as aldeias de escravos fugitivos que existiram na Bahia no período entre 1614 e 1826 figura o nome do mocambo do Tatu, que perdurou por

cerca de duas décadas, de 1744 a 1763 (ano em que foi destruído por uma expedição militar portuguesa, que deixou um relatório sobre a captura do sítio, com um mapa da aldeia em anexo). [...] Existe até hoje um local com o nome Buraco do Tatu nas margens da Estrada Velha do Aeroporto. De modo geral, os Itapuãzeiros consideram-no como incluído na vasta área por onde transitavam seus antepassados. Menciona-se que esse era um local onde ‘os mais velhos costumavam fazer passeios’, sem que maiores explicações seja dadas sobre o assunto.” (GANDON, 2018, p. 44)

Estes territórios de borda constituíam-se, por muitas vezes, de agrupamentos de negros fugidos podendo haver uma permissividade para o acesso dos ganhadores e conseqüente possibilidade de interlocução com o meio urbano ou por espacialidades totalmente restritas a curiosos onde as possibilidades de acesso envolvia uma rede de confiança de escravos rebeldes ou apenas sabia-se da existência destes através de negros ganhadores que transitavam entre territórios de (i)legalidade<sup>4</sup> (COSTA, 1991; PEREIRA, 2008; REIS, 1989; REIS, 2019; SODRÉ, 1988).

Já no começo do século XX tem-se uma fortificação de Itapuã com a reforma do Farol e construção do aeroporto na região de Santo Amaro de Ipitanga, tais elementos acabam por constituir um adensamento populacional no bairro, com a criação de vilas militares, da marinha e da aeronáutica em diversos pontos do bairro. Tal fortificação dessas regiões mais afastadas de Salvador formulava uma estratégia de colaboração defensiva para a cidade, implantada de forma militarmente estratégica para apoio do país a um dos lados da

---

4 Um exemplo deles – além de Itapuã – seria a região correspondente ao bairro do Cabula, sendo uma territorialidade constantemente atacada e rechaçada pela Coroa, mas que sempre voltava a existir devido à proximidade dos negros com os recursos naturais e as matas, constituindo-se de diversas estratégias de defesa e rotas de fuga em meio à massa vegetal. Além disso, o Cabula constituiu-se, através do cruzamento de relatos em campo com as narrativas historiográficas, enquanto um ponto de parada para comércio dos quitutes das ganhadeiras por uma demanda de alimentação desses negros de ganho que não possuíam um vínculo de subsistência com seus senhores, além de ser um local – assim como a Baixa dos Sapateiros - de possibilidade de transações comerciais entre negros e negras de ganho (GANDON, 2018; REIS, 2014; SODRÉ, 1988).

1ª guerra mundial. Em meandros do mesmo século, há um fortalecimento da ligação centro de Salvador – Litoral Norte, estando Itapuã cada vez mais retida no imaginário da época enquanto um local de veraneio e possível moradia para os habitantes da capital soteropolitana. As relações habitacionais e de ocupação intensificam-se com a edificação da avenida Octávio Mangabeira (1940-1950) e as grandes reformas urbanas que vão sendo aplicadas na cidade sob um novo vetor de expansão voltado para o litoral norte, baseando-se em uma lógica reformista haussmaniana e apoiada no pensamento moderno, com a construção da Av. Paralela, o CAB e a facilitação de acesso ao aeroporto, vizinho ao bairro de Itapuã (SCHEINOWITZ, 1998). Paralela a essas mudanças que acarretaram num fácil acesso à vizinhança de Itapuã, tem-se a criação de uma imagem de cidade historicamente rica e ‘exótica’ a partir dos recursos que esta exportava e de seu número de negros escravizados – sendo estes considerados bens de alto valor.

Itapuan transforma-se em refúgio e local de estudo de diversos artistas – cita-se Dorival Caymmi, Pierre Verger, Calazans Neto, Mario Cravo, Pancetti, Vinícius de Moraes, etc – sendo que muitos desses artistas/pesquisadores aproveitam-se das práticas da cultura negra ali existentes e sua relação com a musicalidade para incorporação no meio musical, ou através da captura das práticas típicas da realidade afro-brasileira nas belas artes e fotografia. Pode-se dizer que uma devolutiva ocorre a partir do advento de expansão do imaginário de Salvador enquanto local a ser visitado por sua relação com o lazer tropical e de Itapuã enquanto um refúgio no litoral norte da cidade com seus atrativos advindos da beleza de recursos da natureza e de suas práticas culturais ditadas enquanto ‘exóticas’ ou mesmo ‘fetichistas’, estas geralmente associadas à cultura negra e nativa (NETO, 2005; RODRIGUES, 1935).

Figura 5: Pintura de Pancetti da Lagoa do Abaeté, anos 50-60 (à esq.) e fotografia de Pierre Verger de Pancetti e lavadeiras as margens da Lagoa do Abaeté, em 1957 (à dir.).



Desse modo, a lavagem de roupa nas margens da Lagoa do Abaeté, bem como o comércio de produtos na região da praia de Itapuã, passam a ser marcos da cultura local do bairro, bem como da cidade de Salvador. Portanto, tais ofícios acabam por consolidar trajetórias ancestrais que vão ser reafirmadas a partir das infraestruturas provenientes da expansão urbana mas sob a perspectiva do apagamento dos enraizamentos nativos e afrodescendentes pré-existentes nesses territórios de borda continental à serem coibidos pelo recente capital do turismo, considerados não civilizados até o advento da implementação do plano idealizado por Mário Leal Ferreira com o EPUCS e consequente expansão urbana para o litoral norte da cidade nos anos 80, durante o Carlismo e ditadura militar (SCHEINOWITZ, 1998).

Estes ofícios compreendem as atividades de lavagem de roupa, venda de quitutes e comercialização, podendo ocorrer tais práticas, quando fixas, nos remanescentes dos ‘cantos de trabalho’ existentes desde o século XIX em Salvador. Tais espaços públicos residuais serviam de potência comercial para os negros e negras que sobreviviam dos diversos ofícios de ganho, gerando infraestruturas de suporte a esses escravos para comunicação, alimentação e lazer (COSTA, 1991) juntamente com as fontes e chafarizes os quais, segundo Neto (2005):

“A essa época, as lavadeiras eram uma das trabalhadoras autônomas que as mais frequentavam, haja vista a necessidade que tinham de realizar dos seus serviços, que não eram de pouca monta, para uma vasta clientela que oscilava entre exigente e

‘caloteira’, sem perdermos de vista o fato de que ter água encanada, ainda não era comum a toda população. [...] Assim, a localização das fontes acabava por evidenciar uma geografia urbana percorrida por centenas de mulheres, na sua maioria negra, que acompanhadas, geralmente, pelos seus filhos e filhas, andavam diariamente de suas casas para as das freguesas e fregueses (jovens estudantes, mulheres, homens e pessoas idosas) e destas para os locais de trabalho, numa verdadeira via crucis.” (NUNES NETO, 2005, p. 44)

Haviam ofícios atrelados à atividade portuária que foram sendo substituídos pelo advento da mecanização. No entanto, apesar de haver a chegada de uma série de serviços em Salvador (como a água encanada nas residências das elites, equipamentos de carga que funcionassem no transporte mais veloz de cargas entre a falha geológica, etc), diversos ofícios permaneceram, dentre eles destaca-se a lavagem de roupas, o conhecido ‘ganho’ através do comércio de quitutes – originador das baianas de acarajé – o ofício de carregador e o ofício de estivador – empregando muitos itapuãzeiros em períodos do ano onde o mar não era uma alternativa de subsistência (GANDON, 2018).

A atividade de lavagem de roupa no centro de Salvador pode até ter uma continuidade em alguns bairros elitizados (como a Vitória e a Graça) a partir de seus espaços marginalizados adjacentes, destinado à presença negra (como o Alto das Pombas, algumas regiões de Brotas, Calabar, Gamboa, etc), mas tal situação se dá por conta do forte poder aquisitivo dos habitantes desses bairros, o baixo custo do trabalho feito pela mão de obra negra – desvalorizada diante da construção histórica de uma imagem de sub emprego para uma ‘sub raça’ que ocorria mesmo após a abolição – e o imaginário de que tais ofícios, considerados ‘pesados’ e historicamente associados à figura braçal afrodescendente, não deveriam ser executados por brancos e brancas (BUENO, 2020; REIS, 2019; RODRIGUES, 1935).

Muitas dessas lavadeiras habitavam nas imediações da Lagoa do Abaeté e do centro antigo de Itapuã devido à necessidade de subsistência atrelada as atividades aquosas. Haviam, também, as pessoas que já habitavam no bairro mas vendiam suas casas aos brancos por preços irrisórios pelo desconhecimento de muitos itapuãzeiros de questões monetárias, tendo a ocupação não formalizada enquanto

única maneira de estabelecer moradia em regiões consideradas como menos centrais do bairro (GANDON, 2018).

Uma dessas zonas de moradia tidas como ‘invasões’ é a Baixa do Dendê. E uma das primeiras ruas a dar acesso a baixa do dendê corresponde à Rua do Céu, possuindo uma densa ocupação, atualmente, mas de um processo acelerado de urbanização e disputa por moradia que corresponde ao fim do século XX. Muitos desses processos são notados nas narrativas obtidas em campo, como ocorre com Dona Maria do Xindó (73 anos), ex lavadeira de roupa – em meandros dos anos 70 – mas que convivia em Itapuã desde seus 7 anos de idade – onde viu sua mãe, de mesmo nome ‘apelidado’, exercer o ofício de lavadeira por um tempo mas que ‘por ser muito lenta na lavagem’ acabou direcionando sua subsistência a atividades braçais de roça e na feitura de comidas diversas para o exercício do ofício de ganhadeira ‘mercandeixa’ – termo utilizado por dona Maria de Xindó para a ganhadeiras vendedoras de quitutes que apoiavam os pratos em suas cabeças para percorrer os longos trajetos direcionados ao centro da cidade. No caso de sua mãe, percorrendo os territórios de Portão > Santo Amaro de Ipitanga > Itapuã > Cabula > Baixa dos Sapateiros.

Mapa 01: percursos obtidos a partir das narrativas de Dona Maria Xindó.



Tais rotas aliam-se às trajetórias presentes nos séculos anteriores pela prática escrava de ganho, com o acréscimo de algumas novas espacialidades a esse percurso. Ao se investigar as razões desses adendos espaciais, tem-se a descoberta de que, apesar de viver em Itapuã boa parte de sua vida, dona Maria do Xindó não nasceu nem morava por lá no começo de sua infância, e sim, no bairro de Portão.

Este, bairro periférico atualmente constituinte da cidade de Lauro de Freitas - antiga freguesia de Santo Amaro de Ipitanga - e que possui uma formação e registro histórico anterior à constituição dessa cidade da Região Metropolitana de Salvador. Portão surge enquanto uma outra margem – por questões sociais – e centralidade – por ser local de partida do labor de uma das interlocutoras – que acaba por se constituir enquanto potência narrativa.

Atualmente, Dona Xindó compõe o grupo de canto e coro em samba de roda denominado Ganhadeiras de Itapuã, havendo uma reconstituição da história negra e do cotidiano dessas mulheres enquanto trabalhadoras em ofícios que envolvia às águas doces e/ou salgadas. Aos 30 anos, quando se casa e passa a lavar roupa para ajudar a complementar a renda da família, sua relação com a oralidade se mostra presente nos cantos associados ao labor da lavagem de roupas às margens da Lagoa do Abaeté, quase sempre acompanhada de suas colegas de trabalho. Fala-se dessa relação do ofício com o ato de cantar em:

“Marcar com cantos e coreografias o ritmo de uma tarefa a ser executada em grupo torna o trabalho mais eficaz e, ao mesmo tempo, ‘tapeia’ o esforço. Essa é uma conhecida estratégia de produção em sociedades tradicionais comunitárias, prática adotada e manipulada também pelos ‘patrões’, quando estes existem.” (GANDON, 2018, p. 318)

Todas elas constituíram-se nas últimas mulheres a exercerem o ofício da lavagem às margens da Lagoa do Abaeté, Xindó nos conta que o advento da modernização e a popularização do sabão acaba por prejudicar o labor às margens da Lagoa, havendo uma realocação dessas mulheres para uma lavanderia edificada junto à constituição do projeto do Parque Metropolitano do Abaeté (1993), próximo às lavadeiras foram realocadas algumas atividades de comércio existentes e de teor administrativo do parque, porém nem todos os comerciantes da localidade permaneceram. Xindó relata, também, que anterior ao uso do sabão em pó, as lavadeiras faziam o uso de diversas folhas e espécie vegetais de Abaeté para lavar e aromatizar as roupas, como as folhas de mamona, patchouli, etc. Todos esses usos serão negligenciados pelo ‘fazer cidade’ hegemônico (AGIER, 2015), acarretando em um deslocamento da prática de lavar roupa com a espacialidade direta, às faces da lagoa, passando à se constituir numa contemplação

a certa distância, da ‘casa das lavadeiras’, contribuindo pro esvaziamento – físico e social – crescente que tal corpo d’água vem passando nos dias atuais e no apagamento de epistemologias outras através das imagens de controle – abordagem de análise da combinação de mecanismos de opressão através da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018; BUENO, 2020; SODRÉ, 1988).

Num contexto um pouco mais divergente de dona Maria Xindó, Dona Maria Guimarães, 74 anos, carrega em seu sangue marcas mais frescas do sistema escravagista tradicional, marcado pela existência dos barões de café. Dona Maria nasceu numa fazenda nas proximidades de Mucugê - na região da Chapada Diamantina – trabalhando desde muito nova para a família que ‘empregava’ também seus pais. Aos 9 anos, Dona Maria parte para Salvador e passa a morar no bairro do Barbalho, na casa de seus patrões, servindo-os sob a lógica da subserviência racial, de classe e de gênero estruturalizada nas relações patroa-empregada do início do século XX de teor paternalista/clientelista (CHALHOUB, 2001; GANDON, 2018; REIS, 2019). Em sua narrativa é possível perceber quão enraizada se encontra a ideologia do trabalhar exaustivamente para ser recompensado pelos seus ‘superiores’, reforçando inconscientemente a lógica de opressões de classe/raça/gênero imposta aos negros e indígenas no período colonial.

## Considerações finais

Numa realidade sofrida, tendo todas as suas energias voltadas para as dinâmicas de trabalho, Dona Maria representa um perfil comum na cidade de milhares de mulheres as quais a subsistência de toda a sua família estava inteiramente em suas costas, paralela às pouquíssimas possibilidades de emprego formal – quadro que era crítico em fins dos séculos XIX e XX devido, respectivamente, à adaptação do regime recém abolicionista ao capitalismo exportado das grandes potências associado às migrações europeias de força de trabalho preferencialmente branca, a qual condicionou os negros e nativos recém libertos a contextos a cada dia mais precários de subsistência e às imigrações que permearam toda a região nordeste sentido às grandes capitais do país (Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro) em buscas por melhoria de qualidade de vida através de oportunidades de trabalho – reflexo

das práticas do machismo que as aprisiona(va)m às imagens de controle<sup>5</sup> de mães e pais para seus filhos, numa expectativa de melhoria de vida através da única contribuição possível para elas na sociedade da época, a do trabalho braçal e caseiro (CEAS, 1989; NUNES NETO, 2005). Como retrata Carla Akotirene

em sua obra 'O que é interseccionalidade?' quando diz que 'Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal [...] (AKOTIRENE, 2018, p. 26). É nesse panorama que, na Salvador dos séculos XIX e XX, tem-se uma paisagem constituída majoritariamente por essas mulheres, as quais em suas movimentações econômicas através da lavagem e do ganho – herdadas do Brasil colônia e enraizadas até a atualidade – protagonizam a ocupação dos espaços públicos da cidade, principalmente nas imediações de fontes, chafarizes e corpos d'água numa realidade onde o saneamento constituía-se enquanto particularidade ao cotidiano nacional (NETO, 2005).

## Agradecimentos

Agradecimentos especialmente às interlocutoras que ajudaram a partir de seus relatos de vida e das mudanças do território de Itapuã, entendendo a importância da sobrevivência dessas memórias ancestrais numa Itapuã onde o saber oral está em vias de se extinguir. Citando-as Maria de Xindó, Maria Guimarães, Ivana Muzenza, Verônica Raquel, minha mãe, as ganhadeiras de Itapuã, assim como alguns dos pescadores do bairro com os quais eu tive a oportunidade de diálogo.

## Referências

ABIB, Pedro Rodolfo Jungres; MAIA, Débora Matos. **A HISTÓRIA DO BAIRRO/COMUNIDADE DE ITAPUÃ NA CIDADE DE SALVADOR - BA.** In: **FÓRUM NACIONAL DE CRÍTICA CULTURAL**, 2., 2010, Alagoinhas. Anais

5 "A partir das imagens de controle formam-se políticas e comportamentos institucionais que estabelecem barreiras estruturais nos mais variados campos, consolidando o status de pobreza e precariedade desse grupo. A estratégia de dominação utilizada pelas elites, portanto, perpassa a disseminação das imagens de controle, que acaba culpabilizando as mulheres negras pela situação socioeconômica desigual em que vivem." (BUENO, 2020, p. 86).

Eletrônicos. Alagoinhas: S/ editora, 2010. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/69.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** / Carla Akotirene -- São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTOTI, Aleida Fontoura; PITA, Ingrid Oliveira; SOUZA, Yago Bruno Santos de. **Cidade-Corpo: Olhares sobre as práticas afrobrasileiras na cidade de Salvador/BA.** In: SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES, 5., 2019, Salvador: UFBA.

Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). **LAVADEIRAS: mulheres construindo um movimento.** Salvador: CEAS, jan. 1989.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **ESPAÇOS NEGROS: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX.** Caderno Crh: Cantos e Toques: etnografias do espaço negro na Bahia, Salvador, v. 4, n. , p.18-34, 1991. Quadrimestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1369>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2. ed. Campinas, Sp: Unicamp, 2001. 368 p.

GANDON, Tania Risério D'almeida. **A Voz de Itapuã.** Salvador: Edufba, 2018. 498 p. NUNES NETO, Francisco Antonio. **A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS EM SALVADOR (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram.** 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

REIS, João José. **Ganhadores: A Greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **A revolta dos malês em 1853.** 2014. Disponível em: <<http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. “Pensar por margens”. In: JACQUES, P.B; PEREIRA, M. da S. (Org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico.** 1ed.Salvador: EDUFBA, 2018, v. 1, p. 176-205.

SERPA, Angelo. **Margens de Salvador: A Produção do Espaço Periférico Metropolitano.** In: LIMA, Paulo Costa; LUZ, Ana Maria de Carvalho; CARVALHO, Manoel José de; SERRA, Ordep (Orgs.). *Quem Faz Salvador?* Salvador-Bahia, 2002, p. 295-303.

SCHEINOWITZ, A.S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador:** Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998. 314 p.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileiro.** Petrópolis. Vozes, 1988.

TELLES, Vera. S.. **Trajetoórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In: TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e seus Territórios.* São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 69-116.

ZORZO, Francisco Antônio; BAZZO, Leda Maria Fonseca; ALCÂNTARA, Lucian Conceição de. **Território Urbano e Memória Coletiva: as lavadeiras comunitárias de salvador e o caso do alto das pombas.** *Espacialidades*, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1, p.1-395, set. 2015.